



Conclusões de uma OPA falhada

Eles querem tudo...



A OPA da Portugal Telecom por parte da Sonaecom, mostrou-nos claramente a subordinação total do poder político ao poder económico.

Quem tudo decidiu nesta OPA, foram, nomeadamente, Ricardo Espírito Santo, Pai e Filho Azevedos, Banco Santander e France Telecom, ou seja, a alta finança internacional e de aparência nacional.

A Administração da PT presidida por Henrique Fusco Granadeiro, apareceu claramente aos olhos da opinião pública como executante de uma estratégia identificada e focalizada.

Por outro lado, não restam dúvidas sobre as razões que moveram a Sonaecom ao lançamento desta OPA: salvar a Optimus da falência iminente e a derrocada de toda a área das telecomunicações da Sonae; controlar todo o sector das telecomunicações, com as imensas vantagens que daí adviriam; retalhar a PT e vender o que lhe aprouvesse para a realização de mais-valias endógenas ao projecto, que iriam direitinhas para os cofres dos financiadores.

O Governo, numa atitude oportunista e medrosa, demitiu-se de intervir, no tempo próprio e com os poderes que tinha á sua disposição, nesta gigantesca operação, com impactos tremendos na vida dos portugueses, tornando-se cúmplice até ao fim, de uma estratégia que poderia ter saído bastante cara ao País.

Quanto aos Trabalhadores do Grupo PT, alguém ouviu falar sobre eles? Governo, opantes e opados, estiveram-se nas tintas para os seus legítimos direitos e interesses. É como se não existissem.

E afinal, quem vai pagar as promessas e os compromissos da Administração da PT para com os Accionistas – os únicos que realmente contam – são, para além dos clientes e utentes das telecomunicações, exactamente esses trabalhadores, que todos ignoraram. Não tenhamos dúvidas a esse respeito.

Aliás, já o estão a pagar com a redução drástica nos custos da saúde, na ausência ou insignificância nos aumentos salariais, na constituição de listas de dispensas, no agravamento dos horários e ritmos de trabalho e no ambiente de terror social que é hoje traço característico das relações laborais na PT (mas não só...).

Mas uma certeza está adquirida: se não se dialogar seriamente com os trabalhadores e os organismos que verdadeiramente os representam (a PT é pródiga em sindicatos de fachada), se não se tiver em conta os seus legítimos direitos e interesses, se não se instituir novos princípios e métodos na gestão dos recursos humanos na PT – o que implica profundas

mudanças na actual equipa da DRH – se não se souber apostar na motivação, na formação, no envolvimento e na compensação dos trabalhadores, o fracasso será mais certo que o êxito e a “vitória” na OPA terá sido uma vitória de Pirro...

A atitude da Empresa face aos associados do SINTTAV ao excluir estes trabalhadores dos aumentos salariais, e o uso de forma criminosa do portal do colaborador para a descindicalização destes são atitudes que merecem o mais vivo repúdio da nossa parte

Prémios atribuídos a ex-Administradores: Uma vergonha nacional!

Eles levam tudo...



A PT pagou a ex-administradores que não foram reconduzidos **11 milhões de euros.**

Assim! Tal e qual! 11 milhões de euros são 2.200 mil contos.

Os felizes contemplados Miguel Horta e Costa, Ernâni Lopes (já poucos se recordarão, mas EL foi o chairman da PT, seja lá isso o que for...), Carlos Vasconcellos Cruz, Iriarte Esteves, e Paulo Fernandes, ex-administradores executivos da Portugal Telecom, não constam da lista negra dos desempregados, estando todos já devidamente acomodados com o “cacau” que levaram da PT.

Por exemplo, (vejam lá as coincidências...), o Sr. Barão Horta e Costa é hoje administrador do Banco Espírito Santo de Investimento (BESI)...

Mas tudo está devidamente justificado. Não há nenhuma ilegalidade! diz Henrique Granadeiro: Estes senhores foram indemnizados porque estão inibidos de trabalharem para a concorrência durante os próximos dois anos! Injustiça das injustiças!

Sr. Presidente da PT, gostaríamos de lhe recordar alguns conceitos como a ética, a moral, o pudor, a decência e a vergonha, que estes prémios, embora legais, contrariam em absoluto!

Principalmente quando confrontados com a espoliação à bruta dos direitos de quem trabalha, como está a acontecer de novo na PT, agora sob a sua administração.

